

Anexo I da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.905.179.211,33	4.136.725,11
Pessoal Ativo	3.766.434.183,28	3.927.258,67
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.895.133.045,68	98.339,55
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	243.611.982,37	111.126,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	723.012.477,73	713.962,48
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	5.822.884,83	49.609,32
Decorrentes de Decisão Judicial	242.974.468,91	-
Despesas de Exercícios Anteriores	47.736.066,35	664.353,16
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	426.479.057,64	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.182.166.733,60	3.422.762,63
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	11.951.594.613,26	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.185.589.496,23	43,39
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.856.281.360,50	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF)	5.563.467.292,47	46,55
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	5.270.653.224,45	44,10
FONTE: SIGFES - SUBSET/GECOG/SUFIC		

Notas Explicativas:

1- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2 - Na especificação Pessoal Ativo, não estão sendo considerados os valores da tabela abaixo, tendo em vista que os mesmos referem-se a despesas indenizatórias:

Descrição	Despesa Liquidada (Em R\$)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados (Em R\$)
AJUDA DE CUSTO - (ND 319016-3893, 319017-2174)	2.925.146,80	816,71
INDENIZACOES DE AJUDA DE CUSTO (ND-319092-4274)	109.741,01	24.178,85
AUXILIO MORADIA (ND 319017-2173, 319092-4278)	2.087.822,22	85.770,11
TOTAL	5.122.710,03	110.765,67

3 - As naturezas de despesa 319091-Sentenças Judiciais e 319092-Despesa de Exercícios Anteriores, do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário, são classificadas como Despesas não Computadas na linha "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados".

4 - Na linha "Pessoal Inativo e Pensionistas", está sendo computado o montante de **R\$ 1.398.582.703,12** (registrado na Natureza de Despesa 319113-3647) referente à Contribuição Complementar realizada como despesa orçamentária (liquidada) pelo Poder Executivo para cobertura do déficit financeiro do RPPS.

5 - Nas linhas "Outras despesas decorrentes de contratos de terceirização (1§ do art. 18 da LRF)" e "Despesas de Exercícios Anteriores", está sendo computado o montante de R\$ 872.974,08 registrado na natureza de despesa 339092-4580.

6 - Com base nos arts. 18, 19 e 20 da LC nº 101/00 (LRF), em orientação emanada da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) constante no processo nº 64634051, as linhas "Pessoal Inativo e Pensionistas" e "Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados" estão compostas da seguinte forma:

Composição - Pessoal Inativo e Pensionistas	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ao RPPS (vide Tabela abaixo)	426.479.057,64	0,00
+ Despesa Liquidada pelo Poder Executivo como Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS (ND 319113-3647)	1.398.582.703,12	98.339,55
+ Inativos e Pensionistas Custeados diretamente por outros órgãos do Poder Executivo	70.071.284,92	0,00
Total	1.895.133.045,68	98.339,55

Composição - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Despesa Liquidada Total nas Unidades Gestoras - 600210 (Fundo Financeiro) e 600211 (Fundo Previdenciário)	2.199.219.390,24	0,00
(-) Benefícios Previdenciários pertinentes aos demais Poderes (Vide nota 8)	374.157.629,48	0,00
(-) Benefícios pagos com recursos oriundos da Contribuição Complementar para Cobertura do Déficit Financeiro do RPPS - Poder Executivo	1.398.582.703,12	0,00
Despesa Vinculada a Contribuições de Segurados e Patronal - RPPS (Poder Executivo)	426.479.057,64	0,00

7 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6 edição, pág. 508, foram excluídas do demonstrativo as ações relativas aos benefícios previdenciários dos inativos e pensionistas vinculados aos demais poderes do Estado do Espírito Santo, de forma a evidenciar, nesse demonstrativo, somente as despesas com inativos e pensionistas vinculados ao Poder Executivo. O montante excluído, segregado por fundo, é demonstrado a seguir:

Ação Orçamentária	Liquidado - Últimos 12 Meses em R\$	Inscritos em Restos a Pagar Não Processados - em R\$
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Financeiro (UG 600210)	373.781.720,27	0,00
Ação 0009 - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	35.961.423,06	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	39.238.839,27	0,00
Ação 0028 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	221.492.066,87	0,00
Ação 0029 - Cartórios não Oficializados do TJES	10.217.593,71	0,00
Ação 0059 - Ministério Público do Estado do Espírito Santo	66.871.797,36	0,00
Benefícios Previdenciários dos demais Poderes - Fundo Previdenciário (UG 600211)	375.909,21	0,00
Ação 0019 - Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo	215.300,71	0,00
Ação 0028 - Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo	160.608,50	0,00
Total	374.157.629,48	0,00

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo II da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")	R\$ 1,00	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>					
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)		6.062.992.062,56	6.242.987.984,40	6.717.260.969,18	7.034.527.965,75
Dívida Mobiliária		-	-	-	-
Dívida Contratual		5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	6.198.814.034,27	6.450.561.797,32
Interna		5.073.833.659,88	5.142.155.944,67	5.239.957.377,61	5.400.251.704,64
Externa		719.007.816,95	797.815.884,90	958.856.656,66	1.050.310.092,68
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos		90.926.187,62	96.840.781,84	161.916.922,56	241.001.112,11
Outras Dívidas		179.224.398,11	206.175.372,99	356.530.012,35	342.965.056,32
DEDUÇÕES (II)		2.880.619.360,28	3.289.958.457,56	3.426.831.015,95	3.285.908.973,13
Disponibilidade de Caixa Bruta		2.265.669.878,15	2.527.042.320,65	2.598.844.301,54	2.507.586.775,30
Demais Haveres Financeiros		855.572.985,26	854.849.093,93	898.212.734,00	1.020.172.901,51
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		240.623.503,13	91.932.957,02	70.226.019,59	241.850.703,68
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)		3.182.372.702,28	2.953.029.526,84	3.290.429.953,23	3.748.618.992,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	11.758.277.269,52	11.951.594.613,26
% da DC sobre a RCL (I/RCL)		51,39%	53,10%	57,13%	58,86%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)		26,97%	25,12%	27,98%	31,37%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - 200%		23.596.577.298,56	23.512.173.422,64	23.516.554.539,04	23.903.189.226,52
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 180%		21.236.919.568,70	21.160.956.080,38	21.164.899.085,14	21.512.870.303,87

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	5.792.841.476,83	5.939.971.829,57	6.198.814.034,27	6.450.561.797,32	
DÍVIDA DE PPP (V)					
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	397.164.914,45	389.345.596,95	381.456.779,26	373.637.461,76	
De Tributos	2.490.260,42	2.266.102,22	2.041.944,02	1.817.785,82	
De Contribuições Sociais	394.674.654,03	387.079.494,73	379.414.835,24	371.819.675,94	
Previdenciárias	2.141.241,42	2.075.855,38	1.940.969,14	1.875.583,10	
PIS/PASEP	392.533.412,61	385.003.639,35	377.473.866,10	369.944.092,84	
Demais Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Do FGTS	-	-	-	-	
Com Instituição não Financeira	-	-	-	-	
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	5.395.676.562,38	5.550.626.232,62	5.817.357.255,01	6.076.924.335,56	
<i>Internas</i>					
Caixa Econômica Federal - CEF	4.676.668.745,43	4.752.810.347,72	4.858.500.598,35	5.026.614.242,88	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	425.766.552,08	417.926.570,12	410.250.519,37	407.660.223,18	
União	2.099.718.558,15	2.170.039.520,31	2.268.539.534,27	2.401.963.385,12	
Fundação Banestes de Seguridade Social - BANESES	1.980.461.699,79	2.002.741.478,88	2.027.434.988,53	2.074.048.761,30	
<i>Externas</i>					
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	170.721.935,41	162.102.778,41	152.275.556,18	142.941.873,28	
Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD	719.007.816,95	797.815.884,90	958.856.656,66	1.050.310.092,68	
Demais Haveres Financeiros	498.409.609,80	553.156.290,89	666.295.225,67	748.069.200,65	
Demais Haveres Financeiros	220.598.207,15	244.659.594,01	292.561.430,99	302.240.892,03	
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)					

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	97.640.690,18	53.282.565,58	28.648.960,77	782.447,20	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	-	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	-	
DEPÓSITOS	414.336.832,35	526.220.648,73	650.607.887,88	597.372.432,96	
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	276.176.946,93	104.746.594,19	70.574.799,08	300.105.137,37	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	-	

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015			
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	952.430.729,09	951.396.725,11	950.108.129,81	966.958.871,44	
Passivo Atuarial	892.019.610,42	892.019.610,42	892.019.610,42	892.019.610,42	
Demais Dívidas	60.411.118,67	59.377.114,69	58.088.519,39	74.939.261,02	
DEDUÇÕES (X)	1.431.485.463,38	1.629.571.247,35	1.791.374.310,93	1.933.696.396,95	
Disponibilidade de Caixa Bruta	647.428,22	24.413,47	7.989,41	58.719,28	
Investimentos	1.429.703.114,15	1.576.203.533,84	1.728.400.606,57	1.934.722.881,70	
Demais Haveres Financeiros	1.303.965,32	53.488.093,23	63.072.341,32	1.795.246,54	
(-) Restos a Pagar Processados	169.044,31	144.793,19	106.626,37	2.880.450,57	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	6.892.848,78	30.221.176,00	32.653.483,67	1.808.325,15	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	(479.054.734,29)	(678.174.522,24)	(841.266.181,12)	(966.737.525,51)	

FONTE: SIGEFES - SUBSET/GECON/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

- O relatório foi elaborado considerando os Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e o Ministério Público.
- Na Disponibilidade de Caixa Bruta, não estão sendo considerados os valores referente às cauções e a outros valores passíveis de restituição.
- Na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", está contido o valor registrado na conta contábil 114000000 (Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo).
- O valor da "Dívida Consolidada - DC (I)" na coluna "Saldo do Exercício Anterior" diverge do constante no Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida referente ao 3º quadrimestre de 2014 em R\$ 51.590,40 devido ao computo da conta contábil 213110200 - Fornecedores Nacionais de Exercícios Anteriores (atributo de Superávit Financeiro = P) no presente demonstrativo.
- Em virtude do Princípio da Prudência, para cálculo dos "Demais Haveres Financeiros", não estão sendo considerados os montantes de R\$ 79.704.885,19 (saldo do Exercício Anterior), R\$ 177.849.350,14 (até o 1º Quadrimestre de 2015), R\$ 254.785.991,50 (até o 2º Quadrimestre de 2015) e R\$ 245.644.836,82 (até o 3º Quadrimestre de 2015), registrados na conta contábil 113110700 (Adiantamentos de Precatórios), por se referirem a valores que foram repassados ao Tribunal de Justiça do Estado para pagamentos de precatórios na forma da EC 62/2009. Tais valores ainda não foram informados pelo TJES como efetivamente pagos aos credores e com a devida identificação do processo de precatório, se anterior ou posterior a 05/05/2000, conforme estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Parecer Técnico GECON/SEFAZ 001/2011.
- Na linha "(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)", os valores estão apurados por meio da metodologia: Contas contábeis 6321 - Restos a Pagar Processados a Pagar + 63131 - Restos a Pagar Não Processados Liquidados a Pagar + 622130300 - Crédito Empenhado Liquidado a Pagar (-) Consignatários oriundos do SIAFEM = (21881018 + 21881019 + 213111000 - 218810199).
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC", em observância ao Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) - 6ª edição, estão sendo computados os valores pertinentes aos depósitos pertencentes a terceiros e decorrentes de outras operações não originadas de execução orçamentária, devidamente registrados no Passivo Patrimonial.
- Na linha "Depósitos" do quadro "Outros Valores Não Integrantes da DC" não estão sendo computadas as contas contábeis: 218813001 - Depósitos Pendentes de Classificação; 218813002 - Depósitos Pendentes de Identificação - Detalhado por Fonte; 218815000 - Parcelamento de Dívida Ativa; 218915001 - Resultantes da Alienação de Bens Móveis; 218915002 - Resultantes da Alienação de Bens Imóveis; 218916001 - Saldo de Caixa a Recolher para a CTU e 218919902 - Simples Nacional a Recolher em virtude das aludidas contas contábeis não representarem valores pertencentes a terceiros.
- Em atendimento ao Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª edição, na linha "Investimentos", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária estão registrados os valores das contas contábeis 114000000 - Investimento e Aplicações Temporárias a curto prazo do RPPS e 121300000 - Investimentos e Aplicações a Longo Prazo do RPPS.
- Na linha "Demais Dívidas" na coluna "Saldo do Exercício Anterior", da Dívida Fiscal Líquida Previdenciária, não esta sendo considerado o valor de R\$ 15.059,52 registrado na conta contábil 211431210 - Parcelamento - PASEP, devido tal valor estar registrado na linha "Restos a Pagar Processados", por ter sido liquidado e não pago no exercício de 2014.
- Na coluna "Até o 2º Quadrimestre" - linha "Outras Dívidas", da Dívida Consolidada, está sendo considerado o valor de R\$ 1.845,00 registrado na conta contábil 218910301 - Hospitais da Rede Credenciada do Exercício, devido a tal valor referir-se a passivo reconhecido sem suporte orçamentário que foram classificados com o atributo de superávit Financeiro do tipo "F" de forma indevida pela UG 440901 por meio de parte da Nota Patrimonial 2015NP0894 (R\$ 1.845,00).
- Em observância ao princípio contábil da Prudência e também em virtude do Estado encontrar-se sob o regime especial de pagamentos de precatórios instituído pela EC nº 62/2009 - o qual vincula 2% da Receita Corrente Líquida para o pagamento dos precatórios - todos os precatórios posteriores a 05/05/2000 estão sendo considerados na composição da Dívida Consolidada e demonstrados na linha "Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".
- Em atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 6ª edição, p. 340, no presente demonstrativo, a receita orçamentária arrecadada que se encontra em poder da rede bancária em fase de recolhimento está sendo considerada como "Caixa e Equivalentes", sendo assim, foram classificados na linha "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores das contas contábeis 113810100 (IPVA - BANESTES S/A) e 113810200 (REDE BANCÁRIA - ARRECADAÇÃO). Tal metodologia apesar de não causar impacto na Dívida Fiscal Líquida, acarreta diferenças entre as linhas "Disponibilidade de Caixa Bruta" e "Demais Haveres Financeiros" na ordem de R\$ 18.130.949,99 (Saldo do Exercício Anterior); de R\$ 24309573,59 (até o 1º Quadrimestre); e de R\$ 63.275.734,32 (Até o 2º Quadrimestre).

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

Anexo III da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (II)	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	22.718.295,65
Aval ou fiança em operações de crédito	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	22.718.295,65
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	20.594.984,50	20.664.986,26	20.748.581,88	22.718.295,65
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.798.288.649,28	11.756.086.711,32	11.758.277.269,52	11.951.594.613,26
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,17%	0,18%	0,18%	0,19%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.595.623.502,84	2.586.339.076,49	2.586.820.999,29	2.629.350.814,92
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,80%	2.336.061.152,56	2.327.705.168,84	2.328.138.899,36	2.366.415.733,43

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou fiança em operações de crédito	-	-	-	-
Outras garantias nos Termos da LRF	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:				

FONTE: SIGEFES - SUBSET/GECCO/SUFIC

NOTAS EXPLICATIVAS:

1- As linhas "Outras Garantias nos Termos da LRF" que compõem este demonstrativo incluem garantias concedidas por meio de Fundos.

2 - Os valores informados a seguir como "Contragarantia Recebida" não estão sendo considerados neste demonstrativo, pois tais valores não se referem a Operações de Crédito e sim a garantias contratuais prestadas por terceiros (credores do Estado do Espírito Santo):

Conta Contábil	Posição - Dezembro de 2014 Em R\$	Posição - Dezembro de 2015 Em R\$
711110101 - Avals	-	8.510,40
711110102 - Fiança	42.591.372,05	39.201.187,93
711110105 - Seguros	108.535.372,80	148.650.653,43
711110108 - Títulos Públicos	127.450,15	127.450,15
711110199 - Outras Garantias Recebidas no País	32.307,88	684.907,04

3 - O demonstrativo não considera a conta contábil 712110110 - Contra Garantias - Parcerias Públicos Privadas (PPP), em virtude das parcerias público-privadas serem regulamentadas por Lei específica (Lei Federal nº 11.079/2004) e não haver, até a presente data, definição no âmbito do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) a respeito da inclusão das garantias pertinentes a PPP no Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo IV da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016.
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")		R\$
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	173.114.890,71	388.755.590,77
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	173.114.890,71	388.755.590,77
Interna	150.335.365,71	355.467.065,77
Abertura de Crédito	150.335.365,71	355.467.065,77
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Derivadas de PPP	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
Externa	22.779.525,00	33.288.525,00
Abertura de Crédito	22.779.525,00	33.288.525,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Demais Aquisição Financiadas	-	-
Antecipação de Receita	-	-
Pela venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Demais Antecipações de Receita	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Outras Operações de Crédito	-	-
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	-	2.667.530,46
Parcelamento de Dívidas	-	-
De Tributos	-	-
De Contribuições Sociais	-	-
Previdenciárias	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Do FGTS	-	-
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	-	2.667.530,46
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	-	-
Outras Operações de Crédito não Sujeitas ao Limite	-	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.951.594.613,26	-
OPERAÇÕES VEDADAS	-	0,00%
Do Período de Referência (III)	-	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	-	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + II)	388.755.590,77	3,25%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS 16,00%	1.912.255.138,12	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,40%	1.721.029.624,31	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA 7,00%	836.611.622,93	7,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	391.423.121,23	3,28%

FONTE: SIGEFES - SUBSET/GECOG/SUFIC

NOTA EXPLICATIVA:

1 - Na linha "Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial", está registrado o montante dos ingressos ocorridos até o 3º quadrimestre de 2015 referentes à Operação de Crédito BID-PROFAZ.

MARCO ANTONIO ROCHA LIMA GUILHERME
Gerente de Política Fiscal e da Dívida Pública do Estado

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ-ES
Contador CRC ES nº 015974/O-0

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

Anexo V da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
			Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
			De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
		(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	f) = (a - (b + c + d + e))		
01 - Recursos Ordinários - Concedidos em Contrapartida		33.065.388,28	756.023,67	1.512.753,27	1.750.241,73	-	29.046.369,61	1.255.611,67	-
02 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		43.381.191,42	2.371.123,62	2.958.033,42	-	743.914,68	37.308.119,70	25.657,10	-
04 - Ações e Serviços de Saúde		103.624.449,92	1.018.390,21	71.929.729,90	22.386,78	3.091.025,45	27.562.917,58	6.173.920,93	-
12 - Superávit Financeiro - Decreto 2829-r de 17/08/11		25.179.637,29	-	-	-	-	25.179.637,29	-	-
13 - FUNDEB - 60%		18.440.844,94	6.800.900,78	8.020.578,76	-	3.619.365,40	-	-	-
14 - FUNDEB - 40%		47.198.606,36	326.033,68	19.445.035,79	-	2.066.870,52	25.360.666,37	5.773.619,41	-
15 - Alienação de Bens		8.566.136,69	-	1.864.398,11	-	-	701.738,58	2.470.444,30	-
31 - Cota-Parte Estadual do Salário Educação		83.147.667,13	1.131.699,44	1.623.677,65	-	73.032,06	80.319.257,98	3.032.204,27	-
32 - Cota-Parte Federal do Salário Educação		5.430,54	-	-	-	-	5.430,54	-	-
33 - Convênios - União		81.932.967,37	2.220.660,04	182.954,19	-	28.654,68	79.500.698,46	6.446.073,97	-
34 - Incentivo SUS - União		38.169.095,14	8.550,51	2.430.836,95	-	4.659,02	35.725.048,66	1.888.594,45	-
35 - SUS - Produção		100.164.974,85	703.837,90	35.352.465,79	2.477,25	102.660,08	64.003.533,83	45.062.199,47	-
36 - Transferências Constitucionais a Municípios		7.004.234,00	-	-	-	7.004.233,20	0,80	-	-
38 - FUNDAF		1.002.817,74	1.002.817,74	-	-	-	-	-	-
39 - Doações		9.574.947,05	136.390,15	68.195,09	-	56,16	9.370.305,65	896.441,74	-
41 - Convênios com Órgãos não Federais		202.966,40	-	-	-	-	202.966,40	-	-
42 - Operações de Crédito Internas		551.899.626,03	210.025,18	2.294.490,51	4.126,11	3.312.282,18	546.078.702,05	47.774.724,98	-
43 - Operações de Crédito Externas		14.506.090,72	-	5.083,90	251.627,64	27,35	14.249.351,83	9.319.476,26	-
46 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE		356.878,09	-	-	-	-	356.878,09	-	-
47 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE		20.530.790,60	71.514,13	319.553,93	-	-	20.139.722,54	-	-
48 - Programa Nacional Apoio Transporte Escolar - PNATE		48.970,17	-	30.256,20	-	-	18.713,97	-	-
49 - Programa Brasil Alfabetizado		2.879.981,00	-	-	-	-	2.879.981,00	-	-
50 - Pacto Nacional pela Gestão das Águas - PROGESTÃO		1.332.382,43	-	3.414,00	-	-	1.328.968,43	-	-
51 - Programa de Apoio ao Sistema de Ensino para Atendimento		257.211,49	-	-	-	-	257.211,49	-	-
54 - CIDE		19.657,81	-	-	-	-	19.657,81	2.860,82	-
57 - Incentivo SUAS - União		4.904.359,99	3.302,20	-	-	-	4.901.057,79	46.313,00	-
59 - Transferências Financeiras a Fundos		246.097.910,66	1.020.997,47	2.145.618,07	-	1.530.374,31	241.400.920,81	7.036.323,96	-
61 - FUNCOP		125.272,29	-	-	-	-	125.272,29	-	-
63 - Recursos Lei Pelé		4.323.270,85	66.745,79	-	172,80	-	4.256.352,26	548.514,85	-
65 - PRONAT		3.453.933,28	-	-	-	-	3.453.933,28	-	-
67 - Transferências Obrigatórias para Ações de Defesa Civil		3,86	-	-	-	-	3,86	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)		248.026.509,17	3.827.076,01	9.034.253,51	14.512,21	4.347.628,75	230.803.038,69	16.638.260,91	-
72 - Convênios com Órgãos Federais		63.540.542,23	63.939,05	114.574,05	157.824,00	27.431,47	63.176.773,66	1.198.237,32	-
73 - Convênios com Órgãos não Federais		171.287,38	-	-	-	-	171.287,38	-	-
74 - Transferências de Instituições Privadas		23.945.140,29	-	165.552,09	-	-	23.779.588,20	194.600,34	-
Cauções e e Valores Restituíveis		32.419.601,27	-	-	-	32.417.351,27	2.250,00	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		1.819.500.774,73	21.740.027,57	159.501.455,18	2.203.368,52	58.369.566,58	1.577.686.356,88	155.784.079,75	-
01 - Recursos Ordinários		413.068.726,55	32.962.281,99	24.078.523,50	31.775,08	118.344.305,70	237.651.840,28	99.726.149,29	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		413.068.726,55	32.962.281,99	24.078.523,50	31.775,08	118.344.305,70	237.651.840,28	99.726.149,29	-
TOTAL (III) = (I + II)		2.232.569.501,28	54.702.309,56	183.579.978,68	2.235.143,60	176.713.872,28	1.815.338.197,16	255.510.229,04	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹		1.935.080.539,44	8.337,08	2.872.113,49	17,16	641.509,73	1.931.558.561,98	1.166.798,26	-
Cauções e Valores Restituíveis		89.310,37	-	-	-	89.310,37	-	-	-
71 - Arrecadado pelo Órgão (RPPS)		1.934.991.229,07	8.337,08	2.872.113,49	17,16	552.199,36	1.931.558.561,98	1.166.798,26	-

FONTE: SIGEFES - SUBSET/GECON/SUFIC

¹A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

NOTAS EXPLICATIVAS:

1 - Em conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais - 6ª Edição, nas colunas de "Obrigações Financeiras" do presente Anexo, não estão incluídos os Restos a Pagar Não Processados inscritos no Exercício de 2015. A Disponibilidade de Caixa Líquida com Recursos Ordinários, após a inscrição dos restos a pagar não processados de 2015 correspondentes, totalizam o montante de R\$ 137.925.690,99, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Valor (Em R\$)
Disponibilidade de Caixa Bruta - Recursos Ordinários	413.068.726,55
(-) Obrigações Financeiras - Recursos Ordinários	175.416.886,27
= Disponibilidade de Caixa Líquida - Recursos Ordinários	237.651.840,28
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos em 2015 - Recursos Ordinários	99.726.149,29
= Disponibilidade de Caixa Líquida após inscrição de Restos a Pagar Não Processados de 2015 - Recursos Ordinários	137.925.690,99

2 - A disponibilidade de caixa líquida das autarquias (exceto RPPS) é de livre aplicação tão somente dentro da sua esfera de competência, em razão da sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária, portanto para uso no exercício de suas atividades específicas.

3 - Na fonte de recursos "71 - Arrecadado pelo Órgão (Exceto RPPS)", está sendo computado o montante de R\$ 14.551,99 registrado na conta contábil "*111110100 - Caixa*" e o montante de R\$ 500,00 registrado na conta contábil "*111110200 - Adiantamento para Fundo Fixo - CEASA*".

BRUNO PIRES DIAS
Contador Geral do Estado/SEFAZ
Contador CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
Governador do Estado

Anexo VI da Ordem de Serviço SUBSET nº 05, de 28 de janeiro de 2016.
 ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER EXECUTIVO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

LRF, art. 48 - Anexo VI		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		11.951.594.613,26	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		5.185.589.496,23	43,39%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 49%		5.856.281.360,50	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 46,55%		5.563.467.292,47	46,55%
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		3.748.618.992,62	31,37%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		23.903.189.226,52	200,00%
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas		22.718.295,65	0,19%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		2.629.350.814,92	22,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		388.755.590,77	3,25%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		1.912.255.138,12	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		836.611.622,93	7,00%
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total - Poder Executivo (excluído RPPS)		255.510.229,04	1.815.338.197,16
Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS)		1.166.798,26	1.931.558.561,98

FONTE: SIGEFES - SUBSET/GECOG/SUFIC

BRUNO PIRES DIAS
 Contador Geral do Estado/SEFAZ
 CRC ES nº 015974/O-0

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
 Secretária de Estado da Fazenda

MARCELO BARBOSA DE CASTRO ZENKNER
 Secretário de Estado de Controle e Transparência

PAULO CÉSAR HARTUNG GOMES
 Governador do Estado